

RECURSO ESPECIAL Nº 1.809.372 - CE (2019/0105926-6)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA**
RECORRIDO : **JOSE DO NASCIMENTO VENANCIO**
RECORRIDO : **MADEIREIRA JOAO PESSOA LTDA**
ADVOGADO : **JOSÉ HUMBERTO RAULINO SILVEIRA - CE010275**
INTERES. : **J M D CONSTRUÇOES LTDA**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA**, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fl. 133):

CONSTITUCIONAL E AMBIENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. TRANSPORTE DE MADEIRA SEM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA POR LEI. APREENSÃO DO VEÍCULO. LIBERAÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

1. Remessa oficial em face de sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, "tão-somente para o fim de liberar, definitivamente, o veículo marca/modelo VOLVO/FH12 380 4X2T, ano fabricação/modelo 2005/2005, placa HWR0827/CE, RENAVAL n° 861612582, apreendido na fiscalização reportada nos autos, e de que trata o Termo de Apreensão n° 638919/C ...", deferindo, outrossim, "o pedido de tutela antecipada, no sentido de determinar que o promovido destitua formalmente a autora MADEIREIRA JOÃO PESSOA LTDA do encargo de fiel depositária e proceda a liberação de qualquer ônus recaído sobre o veículo mencionado, em face da fiscalização tratada nos autos..."

2. O veículo apreendido foi utilizado para o transporte de 27,9 m³ de madeira serrada (viga), sem a cobertura do Documento de Origem Florestal - DOF, o que também culminou na aplicação de multa e apreensão da mercadoria transportada.

3. No caso dos autos, correto o entendimento exteriorizado na sentença, de que "a apreensão definitiva do veículo só se justificaria em casos de reiteradas condutas ofensivas ao meio

ambiente" e que "não há elementos que apontem que o veículo apreendido tinha por único objetivo causar danos ao meio ambiente, não se vislumbrando, outrossim, a existência, de indícios que indiquem que o proprietário do veículo teria infringido a legislação ambiental anteriormente".

4. Assim, considerando que o veículo apreendido constituiu mero meio de transporte, ocasionalmente utilizado na prática de um crime ambiental, não deve ser aplicado o disposto no § 4º do art. 25 da Lei 9.605/98, que trata da apreensão dos instrumentos do crime para venda, garantida a descaracterização. Precedente desta egrégia Primeira Turma.

5. Remessa oficial improvida.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 535 do CPC/73.

A parte recorrente aponta violação aos arts. 535, II, 82, III, e 84 do CPC/73; 25 e 72, IV, da LCA; e 3º, IV, do Decreto nº 6.514/2008. Sustenta que: **(I)** o acórdão recorrido foi omissivo; **(II)** o processo deve ser declarado nulo desde a sentença em razão da ausência de intervenção do *parquet* em primeira instância; e **(III)** "*não há qualquer exigência para a apreensão nos referidos dispositivos que estipule a necessidade de reincidência do infrator, para a prática do ato administrativo cautelar, ou ainda, a posse ilícita do bem utilizado, como fora consignado no Aresto Regional*".

A ora recorrida deixou o prazo de contrarrazões transcorrer *in albis*, cf. certidão de fl. 199.

O Ministério Público Federal, na condição de fiscal da lei, opinou pelo não provimento do apelo nobre (fls. 251/259).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

O recurso especial contém discussão sobre matéria afetada pela Primeira Seção do STJ ao rito dos recursos especiais repetitivos, referente à necessidade de comprovação de que o bem apreendido por infração ambiental é de uso específico e exclusivo para a atividade ilícita (**Tema 1.036**)

Nesse contexto, mostra-se conveniente, em observância ao princípio da

economia processual e à própria finalidade do CPC/2015, determinar o retorno dos autos à origem, onde ficarão sobrestados até a publicação do acórdão a ser proferido nos autos do recurso representativo da controvérsia.

Confirmam-se, a propósito, os seguintes precedentes desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMULAÇÃO DE CLÁUSULA PENAL E LUCROS CESSANTES. MATÉRIA AFETADA À SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS. DECISÃO IRRECORRÍVEL. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. Verificada a identidade das questões discutidas no recurso especial e nos recursos representativos de controvérsia, deve ser observado o procedimento previsto no art. 256-L do RISTJ, o qual, para os recursos distribuídos, determina a devolução dos autos à Corte de origem, a fim de que ali aguardem, suspensos, o julgamento definitivo da matéria repetitiva.

2. Conforme entendimento sedimentado no STJ, é irrecorrível a decisão que determina a devolução dos autos ao Tribunal de origem, a fim de aguardar o julgamento de matéria submetida ao rito dos recursos repetitivos. Precedentes.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 411.892/RJ, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 20/10/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CONCEITO DE INSUMO PARA FINS DE TRIBUTAÇÃO DO PIS E DA COFINS. MATÉRIA AFETADA COMO TEMA REPETITIVO. NECESSÁRIA DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE ORIGEM. PRECEDENTES.

1. O tema afetado no Superior Tribunal de Justiça faz referência ao conceito de insumo para definir o direito ou não ao creditamento do PIS e da COFINS, nos termos das Leis n. 10.637/2002 e 10.833/2003.

2. Muito embora a contribuinte busque estender uma hipótese de creditamento prevista em tratados internacionais para não cumulatividade às contribuições do PIS e da COFINS na importação, observa-se claramente que a controvérsia perpassa pelo conceito de insumo, pois a Corte local escorou-se na omissão das leis acerca de tal conceito para negar o direito postulado.

3. Encontrando-se a matéria afetada ao rito dos recursos

repetitivos, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução no recurso especial afetado, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015. Em situações semelhantes, os precedentes: AgInt no AgInt no REsp 1.603.061/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 28/6/2017; AgInt no AgInt no REsp 1.366.363/ES, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 23/8/2017; EDcl no AgInt no AgRg no REsp 1.399.836/SC, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 3/8/2017.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AgRg nos EDcl no REsp 1.345.683/RS, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 11/10/2017)

ANTE O EXPOSTO, determino a **devolução dos autos ao Tribunal de origem**, com a respectiva baixa, para que, após a publicação do acórdão a ser proferido no recurso representativo da controvérsia, o apelo especial: I) tenha seguimento negado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; ou II) seja novamente examinado pelo Tribunal de origem, caso o aresto hostilizado divirja do entendimento firmado nesta Corte (artigo 1.040, I e II, do CPC/2015).

Observa-se, ainda, que, de acordo com o artigo 1.041, § 2º, do referido diploma legal, "*quando ocorrer a hipótese do inciso II do **caput** do art. 1.040 e o **recurso versar sobre outras questões**, caberá ao presidente ou ao vice-presidente do Tribunal recorrido, depois do reexame pelo órgão de origem e independentemente de ratificação do recurso, sendo positivo o juízo de admissibilidade, determinar a remessa do recurso ao tribunal superior para julgamento das demais questões*", cuja diretriz metodológica, por certo, deve alcançar também aqueles feitos que já tenham ascendido a este STJ.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator